

Pauta: Apresentação dos laudos pertinentes ao projeto de concessão do Parque Harmonia

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): (14h08min) Estão abertos os trabalhos da presente Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. (Início da reunião sem gravação.) ...foi realizado dentro da reunião da COSMAM, Prefeitura e GAM3 Parks, e de encaminhamento ficou para sentarmos novamente hoje para tirar dúvidas, e a secretaria e a empresa GAM3 Parks fazer as apresentações. Convido a compor a Mesa o Ver. Aldacir Oliboni, proponente da pauta; a Ver.^a Lourdes Sprenger; o Sr. Germano Bremm, secretário; o Sr. Eduardo Garcez, da Procuradoria; a Sra. Carla Deboni Beraldin, representante da GAM3 Parks. Passo, de imediato, a palavra ao proponente da reunião, Ver. Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Cidadãos, cidadãs que estão nos acompanhando nesta tarde, ambientalistas, trabalhadores, nós, em função de sérias, podia dizer, denúncias de irregularidades, em tese, que estariam acontecendo na concessão do Parque da Harmonia, Maurício Sirotsky Sobrinho, como vereadores e vereadoras, oportunizamos ao governo... Estão chegando aqui neste momento os vereadores Alex Fraga e Pablo Melo, sejam bem-vindos. Então, como eu estava falando, nós, enquanto vereadores e vereadoras que temos a atribuição de fiscalizar não só o serviço da cidade, mas também concessões, terceirizações, privatizações, nós temos a obrigação de trazer para a Câmara para fazer um profícuo debate, onde nós vamos oportunizar para ambas as partes aquilo que ora está em discussão. Não foi diferente com a concessão dada à GAM3 e outras empresas, depois houve uma mudança, para que aqui apresentasse para nós aquilo que nós estamos solicitando para a reunião de hoje, e por isso eu faço uma repetição do que nós já havíamos dito. Quero registrar que nenhum vereador e nenhuma vereadora está aqui para querer impedir a Semana Farroupilha. Os senhores me desculpem, mas está nas redes dizendo que isso pode impedir. Isso é um evento da cidade e o governo tem obrigação fazer com que isso aconteça; aliás, ele já está acontecendo com a

inscrição dos piqueteiros, com todo um processo que está em andamento. A nossa observação é muito pontual, ela é de obrigação do questionamento da Câmara de Vereadores e cabe ao governo e à GAM3 responder para a sociedade e para nós. Então eu queria fazer esse lembrete porque em vários grupos estão botando *fake news*. Nós é que estamos dizendo isso, porque nós só podemos ter posição clara e precisa depois do processo concluído. Quero dizer da satisfação em receber aqui tanto a empresa como o governo e perguntar o seguinte: O projeto original aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, CMDUA, foi modificado ou não? Se modificado, houve autorização do conselho para sua execução? Quem autorizou? Quais são as modificações propostas? Se é que houve. Afinal, qual o projeto que está em execução, o original ou o que prevê o proposto no edital de concessão e no contrato firmado? Houve aprovação pelo CMDUA através da apresentação de um novo EVU? Há laudo apresentado pelo consórcio sobre o impacto ambiental, retirada de vegetação e a fauna existente, que é composta por 85 espécies de animais? Sabendo historicamente dessa fauna, qual o motivo que levou a Prefeitura a abdicar da licença ambiental para a obra? Qual permissão teve a concessionária para, no anexo que foi descrito como estacionamento, asfaltar o trecho? Segundo informações da própria GAM3 não é asfalto. Houve mudança societária da GAM3 Parks e das empresas do consórcio ao longo da concessão? Quais são elas? Quais os impactos sobre a mobilidade urbana na região? Foi apresentada pela concessionária à EPTC? O contrato prevê que a concessionária possa realizar o número de eventos além do Acampamento Farroupilha. Quantos shows e festivais a concessionária realizou em 2023? Nobre Presidente, eu acho que para começar, é isso, e depois, é óbvio, dependendo da resposta, nós vamos nos manifestar novamente. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Quero deixar bem claro, pessoal, que os membros desta comissão não são contra modernização ou revitalização, contra o desenvolvimento da cidade, só que chegou denúncia a essa comissão e nós não podemos ser omissos, nós temos que ouvir, enfim, e por isso estamos hoje

aqui na segunda reunião. Estão presentes a Ver.^a Comandante Nádia, o Ver. Pablo Melo, o Ver. Alex Fraga e o Ver. Jessé Sangalli. Convido a compor a Mesa o Sr. Alison Rodrigues Martins, da Secretaria Municipal de Parcerias; e a Sra. Liliane Cardoso, da Comissão dos Festejos Farroupilhas.

Algum vereador gostaria de se pronunciar? (Pausa.) Então, de imediato, eu passo a palavra ao secretário Germano.

SR. GERMANO BREMM: Boa tarde ilustres vereadores aqui presentes, integrantes especialmente da COSMAM e demais vereadores aqui da Casa que nos prestigiam. É uma alegria poder estar aqui com vocês explicando um pouquinho mais deste projeto tão importante para a Cidade de Porto Alegre, de qualificação de uma área simbólica da cidade em que a gente tem, Infelizmente, o aproveitamento só em um determinado período, o mês de setembro numa bonita festa farroupilha, e a nossa tentativa na construção desse projeto é que nós criamos a oportunidade de a população de Porto Alegre utilizar esse projeto ao longo de todo o ano. Quero cumprimentar toda a comunidade, as entidades, o público que está aqui presente, sempre muito imbuídos no sentido de defender as visões de cidade no processo de construção do nosso futuro, ao time técnico da SMAMUS na pessoa do nosso diretor Alex Souza, que na sequência, junto com a GAM3 vai fazer um pouco da apresentação, o detalhamento de forma bastante elucidativa de todos os pontos que envolvem esse complexo projeto. Quero cumprimentar na pessoa da Carla e do Vinícios, da GAM3, empreendedores da cidade que saíram do conforto dos projetos privados para ir para os desafios dos projetos nas áreas públicas. A gente sabe que é desafiador, porque realmente trabalhar em área pública envolve, necessariamente, esse apelo popular, as mais diversas visões de cidade. Mas o que eu queria, vereadores, antes de passar a palavra aqui para o time fazer o esclarecimento, só retomar um pouquinho desse assunto. A Câmara de Vereadores, naturalmente, no seu processo democrático, trabalha na elaboração e na criação das leis, e ao município de Porto Alegre, naturalmente, Prefeitura, Executivo, não nos é oportunizado escolher aplicar a legislação ou não, nós aplicamos a

legislação. Necessariamente, aquilo que vocês aprovaram, a gente lá dentro dos nossos processos tem que aplicar, e foi muito nessa perspectiva, estritamente no que determina a legislação municipal que a gente vem avaliando e construindo esse projeto. Esse projeto segue então uma concessão autorizada pela Câmara de Vereadores, amplamente debatida, com processo participativo de oficinas, audiências, onde se entendeu, pela cidade, que seria adequado a gente utilizar esse instrumento para qualificar, porque o recurso público é bastante escasso, a prioridade do orçamento vocês que votam ano a ano orçamento bem sabem, é saúde, é segurança, é educação... Então para qualificar áreas públicas, parques, praças, áreas verdes, nos falta recurso, então a gente busca a iniciativa privada num modelo diferente de gestão do espaço público, captando esse recurso dos empreendedores para fazer esse investimento, essa qualificação no parque, no caso especificamente, o Parque da Harmonia, são cerca de R\$ 300 milhões a serem investidos ao longo dos 30 anos de concessão. Realmente, um investimento que nós não teríamos, enquanto poder público, essa condição de produzir. Sem falar na própria gestão. Eu acho que isso é um diferencial da concessão, é desafiador fazer gestão de espaço público, nos falta, realmente, braço para atender as mais de 700 praças, cerca de 12 parques, as unidades de conservação, a gente vive isso na cidade. Então é desafiador, e por isso a tentativa de trazer um novo formato de gestão, garantindo a utilização pública, esse acesso público. Mas realizando esse investimento, e claro que junto com isso, naturalmente a iniciativa privada que veio a vencer a concessão, explorando comercialmente. Então foi nessa perspectiva que foi feita a concessão, um amplo debate, após o consórcio vencedor, vamos dizer assim, a gente dá ordem de início para concessão, eles passaram a seguir necessariamente aquilo que prevê o contrato, e no contrato assim estava previsto que após a respectiva ordem de início necessariamente eles teriam que aprovar, junto aos órgãos técnicos do Município, primeiro o Estudo de Viabilidade Urbanística, depois do Estudo de Viabilidade Urbanística o alvará de construção, os projetos complementares, como toda e qualquer obra seja privada ou seja pública. A aplicação da legislação municipal ou federal no

que eventualmente se necessita. Então houve essa aprovação junto ao Município, o consórcio vencedor apresentou uma proposta, primeiro nós analisamos na escala técnica, a Cauge, a Comissão de Análise de Impacto do Município onde tem a representação dos diversos órgãos, de mobilidade, da cultura, de água esgoto, enfim, todo o corpo técnico do Município, assim como a parte de construção urbanística de planejamento urbano tem parte nessa análise, houve essa primeira aprovação. Feita essa análise e aprovação inicial do corpo técnico Município o expediente é submetido ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental num processo muito transparente e público, inclusive a tecnologia hoje nos permite que nós transmitimos essas reuniões ao vivo. Eles estão lá no canal da SMAMUS, no YouTube, eu convido a todos, a eventualmente acompanharem, porque está lá ainda gravado todo o debate que foi a aprovação dessa viabilidade urbanística. Lembrando que em se tratando de estudo de viabilidade urbanística nos termos que determina a legislação, o nosso Plano Diretor de Porto Alegre, ali nós discutimos o projeto numa escala macro. Segue estritamente aquilo que diz o Plano Diretor: é a conformação do projeto com a cidade de Porto Alegre. É a relação da vizinhança com o projeto, e por isso que temos representação eleita, democraticamente desse Conselho, das oito regiões de planejamento, mais o Orçamento Participativo. Eles têm acento, são eleitos pela comunidade para serem a voz da comunidade quando discutido esse projeto. Então o projeto uma vez distribuído lá no Conselho, ele é relatado tem a oportunidade de diligências, tem o relato de vistas, tem a discussão e tem a votação, e assim como na Câmara de Vereadores, superado essa fase de debate que está lá disponível no canal da SMAMUS, no YouTube, houve a aprovação pela maioria. É claro, assim como acontece na Câmara, que nós não vamos conseguir unanimidade, mas tivemos, nesse caso específico, a aprovação da viabilidade urbanística. Se entendeu que o projeto atende às diretrizes macros do Plano Diretor que está em conformidade com a estratégia de desenvolvimento urbano da cidade de Porto Alegre. Feita esta aprovação, em ato subsequente, entram as etapas de alvará de construção, o detalhamento do projeto, aí mais a conformação técnica que, naturalmente num Conselho de

Participação Popular, um Conselho Político é que nós não vamos – não é o fórum adequado – avaliar questões de detalhe técnico. Isso são etapas subsequentes, complementares. Então houve nesse caso especificamente da GAM3, a aprovação do alvará de construção e as subsequentes análises técnicas em curso, tanto da questão do DMAE, e aí a necessidade de inserção quanto da aprovação do projeto de uma nova bacia de amortecimento. Eu acho que isso é o grande diferencial que tem entre o EVU e o alvará de construção, ou seja com avaliação técnica do Município, é uma bacia de amortecimento a mais em função da necessidade específica daquela área ali que é uma área alagadiça, afinal de contas não é uma área natural, ela foi aterrada e tem as suas complexidades muito grande com relação à drenagem, e para resolver este problema da drenagem, para gente dar esse aproveitamento para o parque ao ano todo e não só naquele período ali que a gente vive, precisa resolver as bacias, ter um local onde vai se depositar, vamos dizer assim onde vai se recolher aquela água espalhada por todo parque. Então em função disso, dentro da etapa técnica subsequente, com avaliação e aprovação do Município houve então a inserção de uma bacia a mais de amortecimento. Claro que etapa de projeto existe um detalhamento um pouco maior e é natural que no desenrolar da obra existam algumas pequenas modificações, mas nada que a legislação exija uma nova análise de viabilidade urbanística, nesse caso, e para qualquer outro projeto que é avaliado no Município, porque nós seguimos estritamente aquilo que diz a lei. E a lei diz quais hipóteses que se exige uma nova análise do Conselho do Plano ou da viabilidade urbanística. E nós seguimos estritamente aquilo que está previsto, aprovado pela Câmara de Vereadores, quer a gente concorde, quer não. Esse debate que hoje está acontecendo aqui, a gente entende a importância do papel fiscalizatório da Câmara de Vereadores, assim como dos órgãos de controle que nos acompanham de forma é permanente. Tivemos a oportunidade de, em visita em campo recentemente com o Ministério Público, exaurir qualquer dúvida com relação à eventual compensação vegetal que tenha ocorrido no processo. É importante lembrar que para cada um do vegetal autorizado, e está aqui o nosso time técnico muito competente, muito rígido da

secretaria, funcionários, quadros técnicos muito qualificados da secretaria, que fazem essa análise e aplicação da [Lei nº 757](#), que é da compensação vegetal, para cada vegetal, eventualmente autorizado a remoção, cerca de cinco devem ser plantados. É importante a gente mencionar que desses cerca de 100 vegetais lá removidos no local, grande parte deles eram exóticos, ou seja, necessários a serem substituídos. Outros tantos com problemas, Presidente, fitossanitários e que o poder público deveria fazer aquele manejo, aquela remoção. Então o empreendimento foi, inclusive, uma oportunidade para nós corrigirmos uma ausência da ação do poder público em remover aqueles vegetais com problemas fitossanitários. Existe, naturalmente, uma análise bastante aprofundada do corpo técnico do Município e é natural e a gente entende que esse processo, assim como aconteceu quando fizemos, Presidente, a entrega, a obra da orla do trecho 1, da orla que foi bastante emblemático, ruidoso, tivemos aqui a participação do urbanista, reconhecido mundialmente que é o Jaime Lerner, que também teve o seu processo de vaia e de crítica, mas isso só fortalece o processo. Então eu agradeço a oportunidade aqui de todas as entidades que são muito imbuídas na defesa da causa ambiental urbanística, pela oportunidade de a gente cada vez mais dar transparência para esse processo, amadurecer profissionalmente enquanto ser humano, porque isso nos fortalece, a gente estuda, a gente leva o esclarecimento para toda a comunidade. Eu vejo, meu presidente, uma série de inverdades, às vezes acontecendo, sendo ditas nas redes sociais, como o senhor lembrou aqui e outras tantas com especificamente, lembrando...

(Tumulto na plateia.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Pessoal, vamos respeitar as falas, por gentileza.

SR. GERMANO BREMM: Obrigado, Presidente, mas as vaias fortalecem o processo e faz parte, a gente evolui aqui enquanto ser humano e enquanto profissional, então fiquem à vontade.

Então, meu ilustre Presidente, eu vejo bastante desinformação nas redes sociais, que hoje em dia é um canal quase instantâneo, e a gente está aqui para esclarecer, assim como fizemos para o Ministério Público que já imediatamente após a visita não sinalizou qualquer paralisação da obra, sob o ponto de vista técnico ambiental. Naturalmente que eles têm que abrir o inquérito, é obrigação, não é uma escolha a partir das demandas trazidas pela sociedade, pediram a complementação de documentos e de forma muito natural, iremos assim como fizemos pessoalmente os esclarecimentos, iremos lá, responder de forma documental, assim como, tão logo solicitado pela COSMAM, organizamos a documentação e por ofício disponibilizamos acesso a todos esses dados.

Estamos de forma muito transparente aqui à disposição para responder dizendo que todo o projeto atende estritamente aquilo que diz a legislação, e pedimos a compreensão, o entendimento da sociedade, da população, da comunidade que em se tratando de uma obra dessa envergadura em um parque público, com um visual bastante importante na cidade de Porto Alegre, que compreenda este processo, que entenda que é um caminho para gente, assim como fizemos com a orla, com trecho 1, para gente chegar novamente aí como aconteceu na orla e ter mais uma entrega, que simbolize aí o orgulho dos porto-alegrenses, da cidade de Porto Alegre, mais um cartão postal gerando riqueza, gerando oportunidade, atraindo turismo para Cidade de Porto Alegre.

Para finalizar, Presidente...

(Tumulto na plateia.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Por gentileza, pessoal, silêncio.

SR. GERMANO BREMM: A gente viveu isso um pouco no Conselho do Plano, essa discussão e estamos vivendo novamente aqui.

Para concluir, Presidente, é importante a gente ressaltar, nós temos a compreensão da importância das áreas verdes na cidade de Porto Alegre. Nós temos mais de 700 praças...

(Tumulto na plateia.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Pessoal, por favor, vamos colaborar, se não tiver condições de fazer a reunião, nós vamos finalizar, por gentileza.

SR. GERMANO BREMM: Democracia, né. Assim então só para finalizar, Presidente, a nossa importância que a gente dá para proteção ambiental a gente sabe. Nós somos a primeira secretaria municipal do meio ambiente do País e isso nos enche de orgulho. Nós temos 700 praças, nós temos 12 parques, nós temos unidade de conservação e a gente vem trabalhando de forma muito efetiva na qualificação, recentemente criamos o Programa que se chama os Terrários Urbanos para criar novas ambiências verdes; já plantamos, nessa gestão, mais de 9 mil árvores na cidade de Porto Alegre, estamos recuperando o viveiro municipal para produzir vegetação nativa para ir para o plantio organizado na cidade. A gente sabe da importância do ecossistema ambiental que a árvore gera para captar o gás carbônico oriundo das fontes emissoras das mais diversas da cidade. Então existe um foco muito grande na arborização, na qualificação e agora um projeto de reurbanização de um parque que foi criado, foi aterrado, não é um parque natural, para, de fato, a gente entregar mais uma área urbanizada na cidade de Porto Alegre que nos encha de orgulho. Obrigado pela oportunidade e, por favor, não se assustem, eu peço, especialmente para concessionária, que está um pouco assustada com todo este embate público que tem acontecido, que continue fortalecida, porque, de fato, nós vamos conseguir entregar para a cidade de Porto Alegre um parque à altura do que a cidade espera. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Saúdo aqui a presidente do Acampar, a Regiane Guarida Silva, seja bem vinda. Registro as presenças do Ver. Jonas Reis, do Ver. Giovani Culau e Coletivo, da Ver.^a Mônica Leal e do professor Paulo Brack, diretor do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – InGá. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde a todos. Primeiro eu gostaria de deixar algo bem claro e registrado como membro da COSMAM que, por mais divergências que nós tenhamos, nós temos que ter educação em comum. Então, quando uma pessoa fala, vaiar não é o indicado neste momento, até porque nós estamos buscando respostas. Eu não aceito, falta de educação independe de sigla partidária ou ideologia política. Na última reunião nós tivemos debates, questionamentos, eu mesmo questionei, porque, como vereadora, como legisladora, eu sou fiscal, eu preciso saber o que está acontecendo e eu recebi do prefeito todas as respostas e essas respostas aqui são muito esclarecedoras, como está o projeto, o que foi alterado, como está a fiscalização deste projeto. É importante que seja levado ao conhecimento das pessoas, que nós possamos compartilhar com todos, então, vai haver um momento, Presidente, que nós podemos colocar isso às claras, porque foram várias perguntas feitas ao governo como: o que está acontecendo no Parque da Harmonia; quem é o responsável pelas obras; as obras estão acontecendo; tem autorização da Prefeitura e as obras estão de acordo com o que foi aprovado; o que está sendo feito no Parque agora; quantas árvores foram cortadas para esta obra; essas árvores tinham autorização para serem cortadas; quanto aos pássaros que vivem ali; estão asphaltando o Parque; vão secar o lago do Harmonia; depois de pronto, será cobrado ingresso para entrar no Parque? Tudo isso foi questionado, os vereadores desta comissão fizeram isso para o governo, porque é nossa responsabilidade. Estão aqui as respostas que eu penso, Presidente, que é muito importante que as pessoas tenham conhecimento. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Quero registrar a presença do Sr. Alexandre Pacheco, do Ministério Público de Contas, obrigado pela presença. Ver. Jessé, gostaria de fazer uso da fala? (Pausa.) Ver. Jonas? (Pausa.) Ver. Giovanni Culau? (Pausa.)

Vamos passar para a GAM3 para fazer a sua explanação.

SRA. CARLA DEBONI BERARDIN: (Procede à apresentação.)

(Problemas técnicos no som.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Sra. Carla. Eu vou abrir dez inscrições da plateia, cinco a favor do parque e cinco contra.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Se vocês quiserem ficar até a noite aqui, vocês vão ficar sozinhos, porque o tempo de reunião é de duas horas. Só um minuto, pessoal. Eu vou abrir para o outro componente da GAM3, vou abrir para os vereadores que quiserem fazer a fala, para depois abrir para a plateia.

SR. VINÍCIOS GARCIA: (Problemas técnicos no som.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado. Saúdo a minha vice-presidente, a Ver.^a Cláudia Araújo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Que bom que não tem ninguém contra, que ótimo. Tem uns que são favoráveis, tem outros que não. Já chegou nos meus ouvidos isso. Vou passar para o Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pois então, pessoal, nós estamos fazendo a nossa obrigação, mas se tem alguém alterado, nós não estamos, está bem, Vinícios? Nós não estamos, nós estamos fazendo a nossa obrigação. Depois quero verificar...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Só um pouquinho, senhora. A senhora se inscreve. Pessoal, esta é uma reunião de trabalho, nós sabemos disso, o governo tem a oportunidade de apresentar os laudos, nós estamos recebendo aqui os laudos ora apresentados e vamos verificar, mas também temos observações a fazer. Isso que o Vinícios traz, para mim, é uma inverdade, porque, que eu saiba, a minha equipe não colocou nenhum... Não vou discutir agora aqui, Vinícios, para não atrapalhar a reunião, eu quero ver quem colocou isso, porque nós sabemos que vocês, autorizados pela Prefeitura – o senhor se acalme, eu o ouvi –, a Prefeitura autorizou a retirada de 342 árvores, e que estas autorizadas poderiam ter uma compensação de 1.900 e não sei quantas árvores. Será que essa compensação caberia toda no Parque da Harmonia? Teríamos que ter uma colônia de terra, como se diz lá no interior! Uma colônia para poder caber tamanha compensação. Para começar, quando fizeram a revitalização da orla, parte da compensação foi feita no Harmonia, mas onde estão essas plantas, essas árvores? Onde estão? Nós, enquanto comissão, temos a obrigação – há aqui vários vereadores que não são da comissão e são bem-vindos –, de avaliar os laudos trazidos pelo governo e pela GAM3, esse é um trabalho da comissão; isso não impede que ninguém, tanto do governo como da GAM 3 ou dos ambientalistas e tudo mais, possam por procurar outros mecanismos, mas nós estamos fazendo a nossa parte. Vamos avaliar do ponto de vista da legitimidade e poderemos questionar novamente, fazer outra reunião lá em agosto, porque agora dia 15 a Câmara entra em recesso, mas até lá nós não queremos que continue tamanha, como muitos dizem, devastação – não é minha palavra –, tamanha descaracterização, e aí eu falei, do Parque da Harmonia, porque o projeto original aprovado pelo arquiteto Allan não fala dessas modificações que foram ditas aqui, e aí pode fazer a obra com essas modificações? Eu não sou técnico. O próprio governo pode responder. Foi admitido aqui que houve mudanças, vou citar três delas para vocês terem uma ideia, até porque depois queremos ouvir o plenário, três delas. As mudanças do projeto original; há pelo menos três grandes mudanças do projeto original, que teve o seu EVU e o alvará aprovados. Primeira: a altura prevista das edificações era de 12 metros, a

SMAMUS, junto com a GAM3 Parks, enviou documento à Cauge solicitando que as construções passem a ter 24m de altura, e a roda gigante 72m. Segundo, o projeto original previa um lago pelo qual iria ocorrer a drenagem, mantendo a paisagem natural; o projeto em execução prevê três bacias em diferentes partes do parque. A terceira: o projeto original não previa mudanças topográficas do parque, cuja característica é ondulada – na primeira versão, a característica é ondulada, não é plana –, mas através de uma ampla terraplanagem essa mudança está ocorrendo, ao menos é visível isso, claro que ainda não se concluiu, a obra está no início. E mais do que isso, a GAM3 acabou de falar... O governo apresentou aqui para nós laudo vegetal, laudo da fauna, impacto de vizinhança e impacto, aliás, laudo da fauna, eu não vi aqui, está aí o laudo da fauna? O impacto da vizinhança, eu não vi aí, é o EVU? E a EIA-RIMA, eu não vi aí, não há necessidade de EIA-RIMA? O laudo pluviométrico. Pois então, o governo está trazendo para nós algumas explicações que nós estamos pedindo, cabe a nós questionar ou não agora, ou nos outros órgãos, em outros mecanismos. Neste momento, eu queria dizer isso. Eu poderia dizer aqui, Vinícius, que aquela mensagem que os senhores colocaram no grupo do Acampamento Farroupilha, pelo qual tenho o maior respeito, até porque a Mesa Diretora indicou o Moisés e eu como suplentes, eu nunca fui na reunião porque eu sou suplente, senão, eu ia lá me defender, sem problema nenhum, mas acho que não é prudente o senhor e outros colocarem lá no grupo isso que estão colocando. O senhor me desculpe, nós estamos concluindo um processo, e no meio dele não dá para nem ambas as partes fazer o que estão fazendo. Eu posso dar as respostas adequadas no momento que nós acharmos que a parte da Câmara foi efetuada, entendeu? Então é nesse sentido que nós queremos respostas. É obrigação da Câmara e dos vereadores, entendam isso, é a nossa função! É por isso que a sociedade está aqui interagindo, e é por isso que o presidente acaba de dar espaço para ambas as partes, é nesse sentido que nós queremos construir. Nós também queremos uma cidade para todos e não para alguns, porque, quando nós aprovamos aqui a concessão, havia a ideia de cobrar ingresso na entrada. E uma emenda deste vereador aprovada no projeto

de lei da concessão, não pode cobrar ingresso, entendeu? É nesse sentido que nós temos que construir, por isso o direito de livre expressão aqui de todos nós. Nobre presidente, obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, vereador. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): (Problemas técnicos no som.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): (Problemas técnicos no som.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, vereadora. Só vou pedir para, a partir de agora, ser mais sucinto possível, pelo avançado da hora. O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): (Problemas técnicos no som.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): (Problemas técnicos no som.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): (Problemas técnicos no som.)
...vocês são muito bons, e, apesar de alguns, nós continuaremos. Esses, nós vamos ver depois se divertindo na... (Problemas técnicos no som.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, vereadora. O Ver. Giovani Culau está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): (Problemas técnicos no som.) ... esta comissão deixar de acompanhar o caso, Presidente. Então, eu acho que esse tema precisa seguir sendo acompanhado, debatido, fiscalizado pelos órgãos de controle do Judiciário, inclusive com eventual auditoria independente, que nós poderíamos pensar, aqui, enquanto Câmara, que eu deixo de sugestão. E, por fim, com muita tranquilidade, inclusive olhando para a companheira que está na minha frente, que nos encontramos em muitas lutas, sou bem criado no Harmonia, nos piquetes, nos cursos de fandango, então faço todas essas manifestações aqui com muita serenidade, e, ao me colocar nesse lugar, não me coloco contrário ao acampamento, essa não é a posição de nenhum vereador ou vereadora desta Casa. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver. Giovani. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): (Problemas técnicos no som.) ...nós temos poucos parques, secretário! E os poucos existem, o senhor, ao invés de abraçar a cidadania, o senhor abraça o CNPJ. (Palmas.) Está aqui a cidadania, o calor popular, as pessoas têm consciência da necessidade do meio ambiente. No mundo, aumenta cada vez mais a temperatura. E aí justifica, tira as árvores dali, e aí vai colocar em outro lugar. O senhor não sabe, talvez o senhor não seja da época, eu moro na Zona Sul, lá na Juca Batista tinha uma área verde muito grande, que liberaram para empreendimentos. Aí, plantaram meia dúzia de árvores nativas, porque vieram aqui falar, Oliboni, de árvores nativas, plantaram as árvores num canteiro. Muitas morreram, porque, as árvores, umas precisam das outras também. Quantas dessas que vocês dizem que vão plantar vão morrer por aí? Então, o que vocês fizeram foi tirar o direito do lado da orla, que era um grande espaço verde que a gente tinha, e tinha o alagado, que agora

vocês estão dizendo que não, vai ter, vão fazer melhor. Não, gente, vão fazer, provavelmente eles vão cobrar ingresso depois, agora eles dizem que não, depois a gente sabe como vai ser. Como vocês dizem, não tem almoço grátis, esse é o discurso de quem deblatera que gosta, que se jacta do neoliberalismo, mas nós não vamos aceitar, isso vocês fiquem certos que Porto Alegre não vai aceitar! Nós não vamos virar essa página assim, não, secretário, nós não vamos aceitar esse discurso que o governo vem aqui, que é lamentável, uma hora vocês tiveram, e as pessoas vão ter três minutos, cinco minutos, cinco pessoas apenas. Então, fico assim, secretário... realmente reitero o que falei no início, fico admirado de o senhor não ter ficado vermelho de trazer todas essas palavras aqui.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver. Jonas. O prof. Paulo Brack, diretor do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – InGá, está com a palavra.

SR. PAULO BRACK: (Problemas técnicos no som.) Que se insira nesse processo que o Ministério Público chame o Ibama para avaliar, como fez há dez anos, a situação da fauna. Isso foi totalmente desconsiderado. É um crime o que está se fazendo em Porto Alegre, e não é o primeiro, imagine se esse tipo de destruição fosse feito também no Parque da Redenção, mas claro, é um parque que fica afastado. Mas é o seguinte, por que não fazer visitas, caminhadas com binóculos com as escolas para ver essas aves? São 85 espécies, entender um pouco a biologia delas, e a paisagem campeira, que é muito importante. A paisagem campeira é necessária para a nossa cultura e não está sendo mantida no projeto. Então, queremos a suspensão imediata para fazer uma reanálise, é isso. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, professor. A Sra. Liliana Cardoso, presidente da Comissão Municipal dos Festejos Farroupilha de Porto Alegre, está com a palavra.

SRA. LILIANE CARDOSO: (Problemas técnicos no som.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Sra. Eliana Castilho está com a palavra.

SRA. ELIANA CASTILHO: Boa tarde a todos. (Problemas técnicos no som.)

SRA. ROSELENA COLOMBO: (Problemas técnicos no som.) que é replantio imediato. Se existe um projeto, então, ecológico, o primeiro passo para discutir com essa empresa, com a Prefeitura... (Problemas técnicos no som).

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Para concluir, Sra. Roselena.

SRA. ROSELENA COLOMBO: E a primeira coisa a ser feita, antes de botar a retroescavadeira e a roda gigante, que não venham falar, não é, Ver.^a Comandante Nádia, em nome do povo gaúcho, porque o povo gaúcho desta cidade, se fosse, se tivesse direito de falar, falaria, porque, como o Parque Harmonia, ao contrário... (Problemas técnicos no som).

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Dona Roselena. A Sra. Amanda Cardoso está com a palavra.

SRA. AMANDA CARDOSO: Boa tarde para todo mundo, sou integrante do Coletivo Atuapoa. Em primeiro lugar, queria fazer uma questão de ordem! Acho que a forma como são feitas as audiências públicas deixa muito pouco tempo para o público falar; parece, assim, que o nome “audiência pública” é para que...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. AMANDA CARDOSO: Ah, é uma reunião da comissão! De igual forma, da outra vez era uma audiência pública. E, assim, as pessoas...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. AMANDA CARDOSO: Também não era audiência pública. Então, vamos ter que pedir uma audiência pública para o público poder ser ouvido; então, vamos ter que pedir uma audiência pública, porque o que acontece nessas reuniões da COSMAM, então, as autoridades, entre aspas, falam o tempo que querem, com direito de se manifestar; quando chega na vez do público, é um tempo limitado, com vagas limitadas. Então, o que menos se faz aqui é ouvir o público que veio até aqui. Então, essa é a minha questão de ordem. Eu gostaria de encaminhar um pedido de audiência pública! Em segundo lugar, acho que a gente tem que fazer agora é analisar os laudos que foram entregues aqui – todo esse material que foi entregue aqui, a gente vai ter que analisar e ver se há legalidade neles, se há fundamentos técnicos; se não tiver, a gente tem que indicar o que é e, se for necessário, buscar os caminhos judiciais competentes. Então, acho que a gente precisa de um prazo para analisar toda essa documentação que foi trazida aqui, porque até agora a gente tem que confiar na palavra da empresa, porque elas disseram que...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. AMANDA CARDOSO: Sim, sim, tá bom! Até agora a gente tem que confiar na palavra deles; eu acho estranho, porque a vereadora, ou mais de uma, se manifestaram dizendo que agora está tudo bem, depois de ouvir a empresa, que está tudo bem, que está tudo resolvido, que foram esclarecidos, mas não querem nem saber se, de fato, é aquilo que elas estão dizendo, não querem nem analisar os documentos antes. Eu fiquei meio admirada com essas manifestações. Para não usar todo meu tempo, quero dizer, assim, que essa questão do Acampamento Farroupilha em nada prejudica a suspensão das obras, em nada prejudica....

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. AMANDA CARDOSO: Então, a minha proposta para viabilizar o Acampamento Farroupilha é que se separe a área do Acampamento Farroupilha, se viabilize ali o acontecimento do evento e....

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. AMANDA CARDOSO: Deve ser para botar no WhatsApp dela! Então, essa é a proposta; o que a gente não pode deixar acontecer é a política famosa do fato consumado; depois de tudo destruído, “Ah, agora está assim, agora não dá mais, agora deixa assim.” Então, a compensação, talvez o Paulo fale sobre isso, a compensação... Eu quero um mapa dessa compensação, eu quero um compromisso e a localização dos vegetais, eu não quero que ela diga que vão ser 1.900 árvores, e a gente tem que confiar na palavra dela. Eu quero um planejamento, quero saber onde é que vão estar essas árvores. porque parte das árvores lá do trecho 1 da orla era para ser compensada ali. Onde está essa compensação hoje? Vou deixar o resto do tempo para o Paulo.

SR. PAULO BRACK: Desculpe, é só uma questõzinha. Eu tinha esquecido uma coisa bem importante.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Não, me perdoe.

SR. PAULO BRACK: Existem oito árvores que estão...

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Não, ela já tomou minutos. Não, não; por favor, tem mais gente para falar. Não, depois, depois! O Sr. Ivo está com a palavra.

SR. IVO KRAUSPENHAR: Sou presidente do Movimento Menino Deus Sustentável, sou bacharel em turismo, fui diretor do Jardim Botânico de Porto Alegre, fiz pós-graduação em meio ambiente. Tem gente aqui que falou que está

preocupado; vou dizer para os senhores que estou escandalizado, escandalizado com o que acontece nesta cidade. Não se tem respeito ao meio ambiente, que coisa mais triste. Nós somos do tempo do Lutzenberger. O prefeito Villela chamou o Lutzenberger, disse para ele: “Plante árvores.” Essas árvores que estão aí, todas, foram plantadas pelo Lutzenberger, através do prefeito Villela. Então, cadê o respeito? Eu fico constrangido com essa juventude, com essa nova geração que se apresenta para administrar uma cidade, não respeitando a história, a tradição de Porto Alegre, que ama as áreas verdes, que gosta de plantar árvores. Esse Parque Harmonia pertence a uma entidade gaúcha. Então, não sei, eu não vim na audiência pública, não fiquei sabendo, eu sou um meio ambientalista, estou todo dia cuidando das árvores. Quando o prefeito, o secretário, dizem aqui: “Plantamos 10 mil árvores!” Aí eu ando pela Av. Juca Batista, todas as árvores estão morrendo, estão morrendo, não tem cuidado, não é, companheira Lourdes, a senhora é do meio ambiente. Eu não sei por que a senhora está tão a favor desse projeto! Lamento muito, lamento muito! Então, a minha comunidade do Menino Deus está escandalizada, escandalizada, porque a gente não viu, só viu quando essas fotos aí foram mostradas com a vegetação destruída, uma vegetação que foi plantada durante anos, e com orientação de ambientalistas, não foi um projeto... Aliás, essa empresa aí, quem é? Eu não sei quem é essa empresa; ela veio de onde? Quem são eles? Então, eu também, eu não conheço o projeto, eu vim aqui porque estou escandalizado, escandalizado, porque não ficamos sabendo, não teve audiência pública, ou não foi divulgada, foi pouco divulgada, e a gente não teve participação. Então, a minha sugestão também é que se suspenda esse projeto; acabe com essa mania de supressão de árvores, supressão. Tem replantio de árvores; as pessoas hoje têm mecanismos, tem equipamentos para transplantar árvores. Uma árvore leva 20, 30 anos para crescer. Essas árvores agora vão levar mais 30 anos. Está bom; muito obrigado!

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O próximo inscrito é o Sr. Alison Martins.

SR. ALISON RODRIGUES MARTINS: Eu vou me dirigir aqui aos vereadores, ao presidente, obrigado pelo momento de fala, à empresa, às pessoas que estão aqui nos ouvindo. Sou da Secretaria Municipal de Parcerias. Assim como eu fui pontual da outra vez, na outra reunião, vou ser pontual também aqui. Vocês estão dizendo: “Olha, não houve audiências públicas”. Na verdade, é um requerimento legal que aconteça o processo de concessão, e aconteceu em 2019 consulta pública, audiência em novembro e dezembro de 2019, com mais de 30 dias de colaboração. Então, foi publicado no Diário Oficial de Porto Alegre, assim como elas aconteceram na Câmara de Vereadores, foi divulgado também no Portal da Câmara de Vereadores, assim como outros vereadores também usaram deste momento para vocalizar as suas preocupações. A população também foi ouvida; então, faço um agradecimento à empresa aqui que ouviu, inclusive, sobre o projeto dos povos originários, que foi resultado das consultas e da audiência pública, que se tornou realidade, por causa dessas contribuições, que está dentro, concedido, hoje, dentro do Parque Harmonia, está consolidado a construção deste espaço especializado para os povos originários, assim como tem também da cultura alemã, da cultura gaúcha, *etc.* Então só para trazer à luz aqui a verdade, esses momentos foram dados para que a população pudesse contribuir e foram ouvidas aquelas contribuições. CMDUA é outra questão, gente, é outro momento. Audiência pública e consulta pública é para que a população, os vereadores, os órgãos públicos possam contribuir, eles foram ouvidos. Então só para trazer à luz a questão aqui, porque já foi trazida em diversas outras falas, queria deixar isso pontual aqui para vocês.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Alison. O Sr. Jairo Menegaz está com a palavra.

SR. JAIRO MENEGAZ: Boa tarde a todos, em especial à presidência da Mesa, aos vereadores, a todos os companheiros ecologistas, à empresa e a todos mais. Eu sou analista ambiental, trabalho no Ibama, mas não estou representando a entidade, estou aqui na condição de cidadão. Eu gostaria de começar analisando

uma questão mais profundamente: o momento que nós estamos vivendo em nossa cidade. Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um registro muito especial aos vereadores de que esse processo todo é decorrente de uma ilegalidade estrutural, pelo fato de a Câmara de Vereadores de Porto Alegre ter votado uma legislação ambiental, uma legislação de licenciamento ambiental, que é menos restritiva do que a lei federal. Isso é uma inconstitucionalidade. A mudança no licenciamento ambiental tem sido uma meta, assim como a destruição do licenciamento ambiental, assim como a destruição de todas as regulamentações ambientais na área de agrotóxico, na área de desmatamento; em todas as áreas, essa desconstrução é um projeto da direita do País. E esse projeto muito claramente tem no licenciamento ambiental o grande objetivo para permitir transformar o ambiente urbano, o direito dos cidadãos, o interesse público em lucro. Olham as coisas não como natureza, olham como um ponto comercial, como uma oportunidade de ganho; e essa oportunidade de ganho acaba com a cidade.

Agora, o que eu queria dizer é o seguinte sobre essa ilegalidade: ainda está sendo votada no Senado esse licenciamento. E qual é a diferença que tem entre o projeto atual que querem destruir e esse projeto que está aí? Esse projeto que está aí coloca, por exemplo, o Estudo de Viabilidade Ambiental ao invés de EIA-RIMA. O Estudo de Viabilidade Ambiental é necessário para fazer justamente o cotejamento do interesse público e a questão da vizinhança, toda a questão da relação da lei, do Estatuto da Cidade, que tem muito claramente que ser avaliado do ponto de vista urbanístico, mas ele não substitui a questão do impacto ambiental, a questão do EIA-RIMA, ele não substitui. Uma obra que tem um alto risco já previsto necessariamente tem que ter um Estudo de Impacto Ambiental; necessariamente ela tem que ter Relatório de Impacto Ambiental; necessariamente tem que ter um termo de referência, ao invés de um EVA, um EVU ou um alvará. Esse aí foi o grande erro que foi cometido, e esse grande erro foi cometido porque houve um patrolamento dentro da Câmara de Vereadores que impôs uma situação ilegal e que agora está nos levando a essa destruição aí. Nós poderíamos estar fazendo, sim, uma modernização do

parque, mas nós poderíamos ter, por exemplo, concurso de projeto. Se quisessem fazer uma roda gigante, poderiam, sim, construir uma roda gigante, mas lá ao lado do Beira Rio, onde tem um circo, onde tem uma área impermeabilizada, pronta, não aqui. Isso aí, essa roda gigante poderia ser substituída por exemplo por um *belvedere*, poderia ser substituída por outras alternativas, nós poderíamos ter um estilo, para fazer a exploração desses parques, um estilo tipo Burle Marx, um estilo tipo japonês, e não um estilo destruição total. Para fazer uma drenagem, uma macrodrenagem, nós precisamos apenas de um buraco, um tubo, e, na ponta, uma bomba. Não precisava estar fazendo essa mexida toda no solo, que aquele subsolo ali é saibro, não tem fertilidade nenhuma; nenhuma árvore que se plantar ali vai vingar, não tem como. Então, realmente, agora é a hora, antes de essa coisa se agravar, de nós pararmos, principalmente para restabelecer o que ainda pode ser restabelecido de meio ambiente ali. E nós temos que, a partir de um laudo feito pela sociedade civil, com a participação de todos, realmente avaliar o destino desse projeto. Talvez não dê mais para parar a roda gigante, mas ela pode continuar, e os caminhos, por exemplo, não precisam estar destruindo o chão, podem ser, por exemplo, numa elevada, passando por cima de um banhado. Pode ser com outro tipo de urbanização, pode ser com outro tipo de sensibilidade.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Para concluir, Sr. Jairo.

SR. JAIRO MENEGAZ: Concluindo, então, que se faça realmente ousadamente, e que a empresa concorde inclusive que a gente possa fazer uma revisão do método que está sendo trabalhado para instituir um outro estilo de operacionalidade, um outro estilo de urbanização daquela área.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Sr. Jairo. O Sr. Tiago Goulart está com a palavra.

SR. TIAGO DE AGUIAR GOULART: Boa tarde, eu trabalho com idosos e queria dizer uma coisa para vocês que até agora não foi falada: existem quatro clínicas geriátricas que passaram a medicar mais os moradores pelo barulho das festas. Eu só estou falando isso porque eu trabalho com idosos; mas isso em outro momento vai ser apresentado. Isso foi ignorado, mas vamos lá. Na Redenção, o pessoal se organizou e impediu a derrubada – derrubada, a palavra supressão é uma mentira – de 400 árvores. No Harmonia, 400 árvores. Fora o Parque do Marinha, em que vão passar a patrula. Isso é mais uma vergonha, secretário, mais uma vergonha da tua gestão. Não vou nem citar o prefeito, porque tu estás aqui para plantar árvore, não para tirar árvore. Aquele vereador debochado, esqueci o nome dele... Uma ofensa! A árvore não é da direita ou da esquerda, a árvore é de todo mundo, sabe? Não é isso aí, está errado. E outra, eu estou falando por mim, como o rapaz falou, não estou falando por nenhuma entidade, nada. Fora o Parque Marinha do Brasil, em que a patrula vai passar também. Isso vai ser só mais uma vergonha na gestão do prefeito Sebastião “Melonaro”. Para mim também é uma falta de educação com o ex-prefeito Guilherme Socias Villela, que, por sinal, tem um irmão que mora no asilo Padre Cacique. É uma falta de educação também com José Lutzenberger e, principalmente, é uma falta de educação com o Grupo dos Oito. Eu defendo ali também o acampamento e toda essa descaracterização aí... E eu também acredito que isso tudo só acontece porque o Paixão Côrtes não está mais aí, porque, se não, seriam outros quinhentos.

SR. PAULO BRACK: Eu só esqueci de dizer que tem oito aves que estão na época reprodutiva no parque, e eu quero saber, e aí a secretaria precisa fazer isso com urgência, qual é a situação dessas espécies. Nós temos a lista, podemos lhe passar, mas isso não era ônus nosso, é questão de vocês saberem. Nós colhemos, em uma semana, dados que a secretaria totalmente abstraiu quanto a esse tema. Então queremos saber o destino de oito aves que estão em época reprodutiva. O vereador também que falou aqui dizendo que está tudo *ok* em relação às licenças. A gente gostaria de saber sobre esse aspecto, se a

senhora puder ver, ele não tem nenhum tipo de abordagem em relação à fauna. Só isso que eu lhe digo.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Tiago; obrigado, professor. O próximo inscrito é o Fernando Campos.

SR. FERNANDO CAMPOS COSTA: Boa tarde, eu faço parte da organização Amigos da Terra Brasil, e estamos aqui para, mais uma vez, tentar entender junto, porque não é só o Harmonia, é uma prática, e essa prática vive como uma lógica sanguessuga, uma lógica de se apropriar do que não é seu, do que não construiu. Então quando a gente ouve o secretário falar da primeira secretaria como se fosse algo que ele tivesse feito, não... Essas pessoas que são contra esses projetos, que se posicionam, essas pessoas construíram essas diferenças da cidade arborizada, da cidade com a participação, da cidade com várias iniciativas que hoje tornam a cidade única, apesar de vocês tentarem homogeneizar a cidade com o letreiro de Hollywood, com a roda gigante de Londres, querendo ter uma perspectiva hegemônica da cidade, que nós somos contra. Nós construímos Porto Alegre como uma cidade com características específicas, e o Harmonia foi construído nessa lógica. O Harmonia não tem simplesmente um aterro, ele tem uma ilha que foi adicionada a esse aterro junto. E não só isso. Esse Harmonia tinha dois banheiros; um desses banheiros foi construído durante o Fórum Social Mundial, no Acampamento da Juventude, que reuniu 35 mil pessoas acampadas naquele parque. Então não é só durante a Semana Farroupilha, a cidade utiliza aquele parque como uma forma de construir soluções. Aquele banheiro era fundamental para os moradores de rua, aquele banheiro era um dos poucos banheiros de Porto Alegre que garantia o banho dos moradores de rua. Em todos os fóruns e acampamentos, os moradores foram acolhidos no Parque Harmonia, como decisão do Comitê do Acampamento Intercontinental da Juventude, e a gente sempre sentia um certo preconceito, quando era o fórum que ia se organizar,

várias restrições eram colocadas, quando era a semana Farroupilha, várias permissividades eram dadas.

Então, a gente traz, mais uma vez, essa postura em relação aos amigos do rei, e a Prefeitura realmente tem uma lógica, a gente está vendo isso no Arado, a gente está vendo isso no 4º Distrito, a gente está vendo isso no Centro, a gente vê isso na Fraport, que é isenta de imposto, então quem poderia pagar por essas iniciativas na cidade não paga, e aí está tudo entregue na mão da iniciativa privada como se fosse eficiente, não é eficiente, não garante lei, não garante as iniciativas. É um processo realmente que a gente vê que cada vez mais a cidade está capturada, e o Melo realmente representa essa aliança com o empresariado e a tentativa, e o secretário... (Problemas técnicos no som.) ...de passar a boiada. É importante que a gente tenha essa perspectiva de que realmente estão tentando, porque 2024 está aí, e tudo isso que está acontecendo vai respingar em 2024. Nós temos certeza e vamos lutar para isso, para que essa realidade não se mantenha na cidade, a participação está prejudicada em Porto Alegre, Porto Alegre não tem mais governança, a participação em Porto Alegre é o Conselho do Plano Diretor, gente; o Conselho do Plano Diretor é o local onde a Prefeitura pega uma carne de pescoço e larga um filé. O cara vai lá e compra, o empresariado compra um imóvel que não pode ter restrições e ali é liberado para quem tem dinheiro, para a elite da cidade é liberado usar imóveis e fazer várias benesses. É muito importante que a gente entenda que a cidade está prejudicada. Se for falar sobre o Conselho do Meio Ambiente, está prejudicado, se for falar em todos os conselhos, isso é uma prática que a gente viu passar e que estamos tentando superar.

Então, rumo a 2024, vamos superar isso aí, acho que o tema aqui pontualmente é esse: alterou o projeto. A fala do secretário no sentido de que está tudo em ordem, não está em ordem, tem inviabilidades e vamos seguir buscando, puxando esse fio até o final. E nós vamos garantir que Porto Alegre permaneça, apesar de tudo isso. Não se esqueçam de que Porto Alegre sempre disputou com outras cidades, como exemplo, Curitiba. Eu sou da época que Porto Alegre e Curitiba contavam árvores para saber qual cidade era mais ambientalmente...

Quando a Prefeitura de Porto Alegre libera para Jaime Lerner, em cima de um projeto não aprovado, sem concurso, notório saber, R\$ 2 milhões para começar, quando se rompe aquela barreira, ali nós começamos a perder o projeto de Porto Alegre que nós tínhamos, e essa galera que está na Prefeitura começa a construir o seu projeto sem participação, sem audiência pública, sofrendo ricos. Olhem o Arado; hoje à noite o Arado vai ser votado; hoje à noite o Arado vai sofrer uma tentativa, mais uma vez, de se apropriar com falsos discursos de delimitar a cidade. Então, gente, tem muita coisa importante, estamos na luta e venceremos. Fora!

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Fernando. O Sr. Rosalino Mello está com a palavra.

SR. ROSALINO MELLO: O dele é com um ele só; o que vai falar tem dois! Boa tarde a todos, Presidente da reunião da comissão. Quero rapidamente pontuar algumas coisas, porque eu acho que os que me antecederam já foram por demais claros. Começo pelo que eu iria concluir: eu acho que a suspensão, o embargo da obra e a investigação do crime cometido está mais do que posto. Independente da discussão privada dos direitos autorais que foram violados, independente dessa discussão, o projeto que está sendo executado a toque de caixa não é o projeto supostamente licenciado. Então aí há um crime cometido, quiçá fique só na mão do secretário, mas acho que abrange muito mais, eu acho que pode estar sugerindo um crime coletivo, continuado. Eu acho que é necessária muita atenção nessa hora, eu acho que que caberia de imediato uma reunião com a coordenação do patrimônio do Ministério Público para levar isso a sério, como disse o Fernando, puxar o fio dessa meada e chegar em quem está costurando a outra ponta. Porque não dá para a cidade continuar capturada pelo Sinduscon, não dá para a cidade ficar capturada pelo Sinduscon! Esse, para mim, é o tema central daí para introduzir. Eu sou Rosalino Mello, eu sou advogado, eu faço assessoria do mandado da deputada Sofia Cavedon, eu estive nesta Câmara de Vereadores, como chefe de gabinete, de um vereador

ambientalista, o Darci Campani, na época que estavam o Gregório e o Gert Schinke nesta Casa, na época em que esta Casa respeitava o interesse da cidade, não fazia como a bancada da maioria, a bancada do prefeito, homologava, chancelava os negócios do prefeito; ou do capataz, porque o Melo está mais para capataz do Sinduscon do que propriamente para prefeito, gestor da cidade. O secretário ele não vai ficar vermelho, ruborizaria uma estátua, mas ele sequer vermelho fica, né? Ele é o gestor, ele é a *longa manus*.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Para concluir, Rosalino, e vamos respeitar, pessoal, vamos respeitar!

SR. ROSALINO MELLO: Vou concluir. Então, assim: o embargo imediato da obra se impõe, a apuração dos crimes e da violação do estudo de viabilidade urbanística, a violação e a conivência, quiçá, para ser generoso, a conivência da chancela, pelo secretário, desse crime que foi cometido. Acho que é importante suspender a obra e investigar a fundo para chegarmos nos responsáveis por essa violação contra os interesses da cidade.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Rosalino. Passo a palavra para o Alex, diretor das áreas verdes da SMAMUS.

SR. ALEX SOUZA: Olá, boa tarde a todos. Desculpem, eu não tive oportunidade de fala no momento anterior, então eu achei agora por bem poder complementar algumas coisas, porque eu aqui represento a parte técnica da Prefeitura. Eu sou arquiteto, eu sou concursado, eu tenho colegas aqui, da mesma forma, que são fiscais, nós trabalhamos em cinco áreas diferentes de atuação para a fiscalização desse contrato. E eu vou dizer para vocês: ninguém é louco de colocar o seu concurso, o seu ofício na reta, fazendo ilegalidades. Então as coisas, para elas serem do jeito... Eu acho que muito se trata disso, é um desenho de cidade; hoje, a gente não cometeu... Tudo é fundamentado na legislação que tem, no que existe. Então por mais que se possa discutir isso,

bom, então a gente vai, todo mundo, os técnicos que estão envolvidos, trabalhando há anos também nesse projeto, na aprovação e na fiscalização, eles também vão ser responsabilizados.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SR. ALEX SOUZA: Só que, vamos combinar, a gente teve uma vistoria com o Ministério Público, na semana passada, e a gente pôde apurar, com o Ministério Público, que a gente está atuando de acordo com o que a lei tá preconizando. A questão do EVU, que vem sendo debatida e debatida, eu ouvi a fala da Eliana, conheço bem o Alan e a Eliana também, eu quero depois conversar mais, pessoalmente, mas estudo de viabilidade urbanística é viabilidade, depois o projeto executivo é que vai trazer todos os parâmetros, e é o que está sendo aprovado e está sendo executado. Então essa questão da relação que tem vai ser entre privado mesmo – de discutir direito autoral e tudo mais. De qualquer forma, como eu disse na semana passada, estive com vocês, a gente está à disposição para esclarecer, para sanar qualquer dúvida, a gente também está junto com o próprio Ministério Público, a gente acompanhou a visita, a visita foi aberta, o Felisberto esteve junto na visita, teve a oportunidade de fazer os seus questionamentos e esclarecer. E a gente está com a consciência tranquila em relação a como tem sido conduzido o trabalho. Quando vocês falam que árvores não são plantadas, vocês não sabem o esforço que a gente está fazendo na Secretaria para estruturar a Coordenação de Arborização Urbana para recuperar o viveiro, para a gente ter produção de muda autóctone, nativa, que são mudas que, se a Prefeitura não produzir, a gente não vai ter viveirista comercial fornecendo. Então existe todo um cuidado e um trabalho técnico, e algumas acusações acabam sendo levianas com quem tem o compromisso técnico de atuar de acordo com a legislação, e, mais do que isso, bom senso e vontade da cidade. Porque ninguém é contra a plantar árvore aqui – nunca, pelo amor de Deus! –, a gente é o oposto disso, a gente quer, mas existem projetos, e como em qualquer projeto, eu vou fazer um projeto lá na minha casa, eu às vezes vou

ter que remover uma vegetação e fazer a devida compensação dela. Eu encerro a minha fala em relação a essa tranquilidade que a gente está com a condução do trabalho e à disposição sempre para esclarecimentos. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Antes de passar para o secretário Germano, vou passar a palavra para o Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, pessoal, nós precisamos fazer aqui os encaminhamentos necessários, e vou propor alguns deles. Antes disso, eu queria levantar a seguinte questão: com relação aos eventos trazidos aqui pelo Tiago – que trouxe a questão das casas geriátricas –, eu queria perguntar à concessionária sobre os eventos – eu tinha anotado aqui e esqueci de abordar. O item 5.8.4.2, do caderno de encargos do projeto, afirma que a concessionária poderá realizar até três dos dez eventos previstos no item 5.4, para *shows* musicais e outros tipos de festivais que se baseiem em atrações musicais, respeitando o dispositivo no item 5.8.4 do projeto de lei aprovado. No entanto, fizemos uma rápida pesquisa na internet e verificamos pelo menos oito *shows* ou festivais realizados já agendados para o Parque Harmonia, são eles: 22 de abril, Luiz Barbosa, Bia Koch e Banda Rebeldia, enfim, foi esse que aconteceu; 7 de maio, Prime Festival; 13 de maio, Fernando e Sorocaba; 3 de junho, Henrique e Juliano; 6 de agosto, Sorriso Maroto; 11 de junho, Ludmilla; 28 e 29 de outubro, Rap in Cena Festival; 18 e 19 de novembro, o Festival Turá. Aí eu pergunto: no contrato, me deu a impressão de que falasse que poderiam, dentre os agendados, fazer no mínimo 10. Eu entendi que no contrato estão 10, três poderiam fazer que não fossem *shows* tradicionalistas ou ligados ao tradicionalismo, e pelo que tu falaste é uma outra realidade. Queria que tu esclarecesses melhor isso.

Também se vocês têm o laudo de impacto da vizinhança em função do som, eu já estive passando na avenida em dias de show e realmente o impacto é muito grande, porque é uma área aberta, e eu não sei como não tem inclusive, talvez por falta de divulgação, moradores aqui do entorno que pudessem se manifestar,

mas eu acho que tem que ter sim algo dessa natureza. Segundo, eu já protocolei, há poucos minutos, pela minha assessoria, duas questões que são fundamentais aqui para não dizer que a Câmara está se omitindo em continuar o debate, presidente. Sei que a comissão poderá continuar início de agosto, porque agora inicia o recesso na segunda-feira. Protocolei uma audiência pública para que dê oportunidade a todos né, no início de agosto, porque aí, pelo regimento, tem que ter 20 dias após o protocolo da audiência pública, e protocolei uma comissão externa que dará assento, e isso é previsível, isso é pelo nosso regimento, uma comissão externa que dará assento a todas as bancadas da Câmara, porque eu percebi que, além de nós não conseguirmos consensuar nesta reunião, há necessidade de um amplo debate continuado, e, nesse sentido, terá todas as bancadas. Eu tenho certeza aqui, com o Ver. Jonas, com o Ver. Giovane Byl, com o Ver. Prof. Alex e tantos outros vereadores que queiram assinar, o Giovani Culau, desculpa, poderão, vamos dizer assim, ser coautores desse requerimento. Então tem dois momentos importantes aqui. Nós continuaremos conversando com o governo com a GAM3 Park, para que, em tese, se observe o que nós aqui apresentamos e, por fim, Eliana, está claro aqui, Eliana, desculpa, Liliana, desculpa, nós deixamos claro aqui que ninguém é contra a Semana Farroupilha. A Semana Farroupilha está no calendário da cidade, mas não deixa eu te explicar, deixa eu explicar...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu vou te dar até a oportunidade; olha só, o governo já fez o lançamento do evento, o governo fez o lançamento do evento, já está aberta a inscrição dos piquetes, já estão pagando, embora com reclamação, o valor, estão pagando para os piquetes se instalarem; há um calendário...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sim, sempre pagaram, sempre pagaram, porque tem a água e a luz e tudo mais. Eu sei porque eu também já participei desses piquetes, fica tranquila. E pela manifestação que nós vimos aqui, está clara a intenção de que não há prejudicialidade em caso chegue a uma posição extrema considerada pelo governo ou pela GAM3. Mas cabe aqui às entidades ambientalistas, aos vereadores, em não sendo contemplados numa reunião pública como esta, que se busque em outros locais, outros mecanismos, o Ministério Público, que já deu, segundo o secretário, a opinião, mas que não foi a opinião, embora divulgada como a opinião tomada pelo Ministério Público, a definitiva, porque no mesmo dia em que o Ministério Público Estadual deu a opinião, eles me receberam, receberam os ambientalistas e inclusive a empresa que foi dispensada, que tinha como um dos diretores o arquiteto Alan. Nesse sentido, conhecendo fatos novos, ela mandou, e eu acho que vocês receberam, 20 dias para que se apresentem laudos, que eu acho que são semelhantes a estes, ou que justifique algo que ele está apontando, o Ministério Público. Então a GAM3 teria em torno de 20 dias para apresentar. Nós temos que, nesse tempo, eu sei que todo mundo aqui gostaria, ou grande parte defende a continuidade, sem problema nenhum, e temos aqui uma posição clara e precisa de que as obras devem ser estancadas até que se resolvam os problemas ora aqui apontados, nós continuaremos, de várias formas, apontando essa questão, e é um direito da Câmara, é um direito dos vereadores, não levem como uma questão pessoal. Eu sou da oposição do governo, mas não sou um cara radical. Se nós não tivéssemos tido informações de que haveria problema, a coisa já tinha fluído, mas, pelo entendimento de muitos, há problemas, e nós queremos abrir esse diálogo para convencê-los de que é preciso defender não só a fauna e a flora, mas os laudos importantes que darão legitimidade à construção, uma vez que o cidadão também, se não tiver os laudos, é embargada a obra dele. Então é nesse sentido que nós queremos dizer que não para por aqui; o assunto continua. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Secretário Germano... A Carla...

SRA. CARLA DEBONI BERARDIN: Vereador, sobre os eventos, a gente tem, no caderno de encargos, nós temos no caderno de encargos uma limitação para os eventos não culturais, e aí existe a previsão de no máximo 10 eventos por ano sem este cunho cultural. Então essas datas que foram citadas elas estão respeitando as 10 datas limites que nós temos para os eventos não culturais. Os eventos com um cunho cultural, e aí entra os que tem churrasco envolvido, e aí tem a música tradicionalista gaúcha ou música do Estado também, não é só a tradicionalista né, outras culturas também, isso daí a gente tem a liberdade, conforme o edital.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado. Passo então para o secretário Germano.

SR. GERMANO BREMM: Meu ilustre presidente, vereadores, entidades aqui representadas, agradecer a oportunidade de vir aqui debater, sempre é uma satisfação voltar à Câmara e prestar os esclarecimentos; sim, compreendemos, Ver. Oliboni, que é papel da Câmara de Vereadores, Ver.^a Lourdes, fazer a fiscalização, e o nosso dever é prestar todos os esclarecimentos; ouvi as diversas falas aqui, eu acho que foram muito felizes na defesa do seu ponto de vista, da sua visão de cidade, mas acho especialmente que o Ver. Culau foi muito assertivo quando trouxe que aqui estamos discutindo um projeto de cidade, não necessariamente o detalhamento técnico, se existe o licenciamento, se ele está correto; para isso tem órgãos de controle e que necessariamente fazem essa análise. Aqui estamos discutindo, e o Ver. Culau bem colocou isso, um projeto de cidade, um projeto de cidade onde tivemos...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Só um pouquinho pessoal, vamos respeitar; só um pouquinho.

SR. GERMANO BREMM: Um projeto de cidade, vereadores, onde tivemos, num regime democrático, um prefeito eleito para, a partir da aprovação da legislação pela Câmara de Vereadores, fazer a sua respectiva aplicação no âmbito da administração, e esse projeto especificamente seguiu todos os ritos previstos no Plano Diretor, na legislação que trata da compensação vegetal, teve inúmeras audiências públicas, debates, oficinas, na fase de construção, na fase de discussão, junto ao conselho do plano que tem entidades e representação eleitas pela comunidade. Então, meus ilustres vereadores, a gente segue à disposição para complementar, elucidar qualquer dúvida, mas nós temos sim clareza de que existe lisura, legalidade e responsabilidade de todo o quadro técnico do Município nessa aprovação, e esperamos, logo em breve, assim como fizemos com a Orla do Guaíba, entregar mais uma qualificação de um parque público para a cidade de Porto Alegre. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Pessoal, só um pouquinho, está de posse nossa, da comissão, está aqui, a empresa trouxe toda a documentação que foi cobrada na outra reunião, está de posse dos membros da comissão, nós vamos analisar, quero deixar bem claro que não é competência nossa, da Câmara de Vereadores, desta comissão ou de qualquer vereador paralisar a obra. Isso é competência do Ministério Público e do Judiciário, e ações já estão tramitando, inclusive esta comissão reforçou junto ao Ministério Público. Então se alguém tem que paralisar a obra é o Ministério Público, não é esta comissão; que fique bem claro isso; não é esta comissão. Está *ok*? Então já está tramitando qualquer um dos senhores pode entrar no Ministério Público, no Judiciário, onde vocês quiserem, vocês podem entrar, enfim. Eu não sou advogado de ninguém, mas conhecendo o prefeito Melo como eu conheço, eu já estou há 12 anos, há 12 anos de vereador, eu fui secretário dele, eu fui secretário quando ele era o vice-prefeito, e eu tenho certeza de que não tem ilegalidade; se tiver, se tiver, vai ser apontado pelo Ministério Público, e nós estamos tranquilos, e esta comissão vai continuar debatendo e acompanhando toda essa obra aí. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidente, eu acho que nós estamos... me permita aqui divergir do seu encaminhamento, como membro da Casa; eu sei que o senhor é membro da COSMAM, eu sou membro da CECE, mas a maioria da população está clamando para que cesse a obra para discussão, e foi colocado aqui por técnicos que não tem uma análise da ave e fauna; foi colocado isso; não, então traga os piqueteiros, Liliana, porque não veio um piqueteiro aqui, aqui vieram os ambientalistas que estão defendendo o meio ambiente.

(Manifestações fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então você respeite a minha fala, porque quando você, no lugar de mulher negra, pediu para que respeitassem, eu não falei em nenhum momento, e agora você não respeita. Então não tem reciprocidade, porque você é CC do governo, você é CC do governo...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Ver. Jonas, para concluir. Vamos acalmar os ânimos, estamos acabando já a reunião.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Nós somos realmente empregados do povo, e nós temos que ouvir o povo, eles estão solicitando isso; acho que tem que ter um encaminhamento da comissão ao prefeito...

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Já teve, vereador, nós já encaminhamos ao Ministério Público...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Mas então por que o prefeito não vem, o secretário ouviu, ouviu tudo, e o secretário agora vai levantar e vai embora; veio só desfilhar a sua gravata aqui, não é possível...

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Mas a análise é do Ministério Público, a análise é do Ministério Público. Foi um prazer estar com vocês. Tchau. Obrigado. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h58min.)

TEXTO SEM REVISÃO